

---

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX.

**Fulano de tal**, nacionalidade, Profissão, RG XXXX  
XXX-XX, CPF XXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP:  
XXXXXXXX, telefones XXXXXXX ou XXXXXXX, vem, por intermédio da  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, Núcleo de  
XXXXXX, nos termos da legislação vigente, requerer a expedição de

**ALVARÁ JUDICIAL**

pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas.

**DOS FATOS E DO DIREITO**

---

1. O Requerente há cerca de X (XXXX) anos conseguiu a liberação perante o Banco tal de valor referente a seguro de vida em nome de sua falecida companheira Fulana de tal, no valor de R\$ XXXXXXXXXX, que foi objeto de partilha entre seus 4 (quatro) filhos: Fulano de tal, Fulano de tal, Fulana de tal e Fulano de tal.

2. A época, o Requerente procedeu a abertura de conta-correntes em nome de cada um dos filhos perante a Agência XXXXX, XXXXX, do Banco Tal, para que estes somente pudessem vir a sacar os valores depositados em seu nomes quando atingissem a maioridade. **O requerente destaca que não possui mais os documentos referente ao pagamento do seguro e abertura das contas em nome dos filhos.**

3. Ocorre, porém, que no início de 2012 foi encaminhado pelo Banco Tal um cartão de conta-corrente ao seu filho Fulano de Tal, que atualmente tem XX (XXXXXXX).

4. E, na posse do cartão supracitado, o menor Fulano de Tal já realizou saques na conta-corrente mantida na agência XXXX, XXXXXX, XXXXX, no valor aproximado de R\$ XXXXXX

5. Quando soube do ocorrido, o Requerente tomou o cartão do filho Fulano de tal e se dirigiu a agência XXXXX do Banco Tal e **solicitou que não fosse autorizado a realização de nenhum saque a favor do filho menor Fulano de tal.**

6. Porém, os prepostos do Banco Tal informaram ao Requerente que como a conta-corrente era em nome de Fulano de tal, este poderia fazer os saques sem a interferência paterna.

7. Desta forma, o Requerente procurou a Defensoria Pública que em XX de XXXXX de XXXX, **expediu ofício ao Banco Tal**, agência XXXX, **solicitando cópia dos documentos inerentes a conta-corrente em nome do filho do Requerente**, bem como, **que fosse bloqueada a conta-corrente em questão para evitar novos saques por parte do menor Fulano de tal.**

8. Contudo, até a presente data nenhuma resposta

---

foi encaminhada à Defensoria Pública acerca das ações adotadas pelo Banco Tal em relação aos fatos ora narrados.

9. Cumpre destacar que o Requerente não deseja de modo algum proceder qualquer saque ou movimentação na conta-corrente do filho Fulano de tal, mas tão somente, **manter o dinheiro existente na conta-corrente em questão bloqueado até que o filho complete os X anos, até mesmo para que o filho possa dispor nesta época de montante para pagar uma faculdade ou mesmo iniciar um negócio próprio**, posto que hoje se o filho dispor da quantia depositada em seu nome certamente efetuará gastos desnecessários, e acabará em pouco tempo com um dinheiro, que é pouco, mas, certamente fará falta para seu futuro.

10. E, o direito do Requerente em administrar e gerir os bens dos filhos menores se encontra previsto no art. 1689, inciso II, do Código Civil, sendo que este direito se encontra sendo negado seu cumprimento e observância por parte do Banco Tal.

11. Por fim, cabe se destacar que os fatos ora narrados são graves e merecem a pronta resposta do Poder Judiciário, com o deferimento de medida liminar para se determinar ao banco Tal, em especial a agência XXX-XXXXX, que proceda o imediato bloqueio da conta-corrente existente em nome de Fulano de Tal, e somente proceda qualquer saque na conta em questão mediante autorização judicial.

## **DOS PEDIDOS**

### **12. Ante o exposto, requer:**

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) a concessão da tutela provisória de urgência, com fundamento no art. 300 e ss, do CPC, **para se determinar ao banco Tal, em especial a agência XXXX-XXXXXX**, que proceda o imediato bloqueio da conta-corrente existente em nome de Fulano de tal, e somente proceda qualquer saque na conta em questão mediante autorização judicial;

c) que caso este juízo entenda pertinente, que seja

---

designada audiência de justificação para oitiva do Requerente e do filho Fulano de tal;

**d) que sendo deferida a tutela provisória de urgência ora solicitada, a mesma seja cumprida por oficial de justiça plantonista junto a agência XXXX, do Banco Tal, com endereço na XXXXXXXXXX, telefone XXXXXXXX;**

**e) que seja designado Curador Especial para a defesa dos interesses do menor Fulano de tal no presente feito;**

**f) que seja determinado ao Banco Tal, agência XXXX,** que encaminhe a este juízo cópia de toda a documentação da conta-corrente em nome do menor Fulano de tal, bem como, o extrato completo de movimentação da conta-corrente desde a data de sua abertura;

**g) a intervenção do Ministério Público;**

**h) ao final seja o pedido julgado procedente para se expedir o pertinente **ALVARÁ JUDICIAL** para autorizar o Requerente a proceder o bloqueio da conta-corrente existente junto ao Banco Tal, em nome de **Fulano de tal**, de forma que somente possa haver saques nesta conta pelo filho Fulano de tal após este completar os X anos, ou antes por meio de autorização judicial;**

Requerem provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX).

Nesses termos,

Pede deferimento.

XXXXXXXXX

XX/XX/XXXX XX:XX:XX

**Fulano de tal**

***Fulano de tal***  
*Defensor Público*